

Meio ambiente

Matriz energética mais limpa

COM INVESTIMENTOS orçados em US\$ 40 bilhões, a Empresa Brasileira de Pesquisa Energética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, elaborou dois planos estratégicos:

1. Plano Decenal de Expansão para o período de 2006 a 2015;
2. Plano Nacional de Energia para 2030.

Chama a atenção a tendência da matriz energética brasileira manter-se dependente de fontes renováveis. No período, as fontes não-renováveis tem a sua participação aumentada de 56% para 60%, em função basicamente do aumento do gás natural. As fontes renováveis decrescem de 44,4% para 40%, devido à queda no carvão e na lenha.

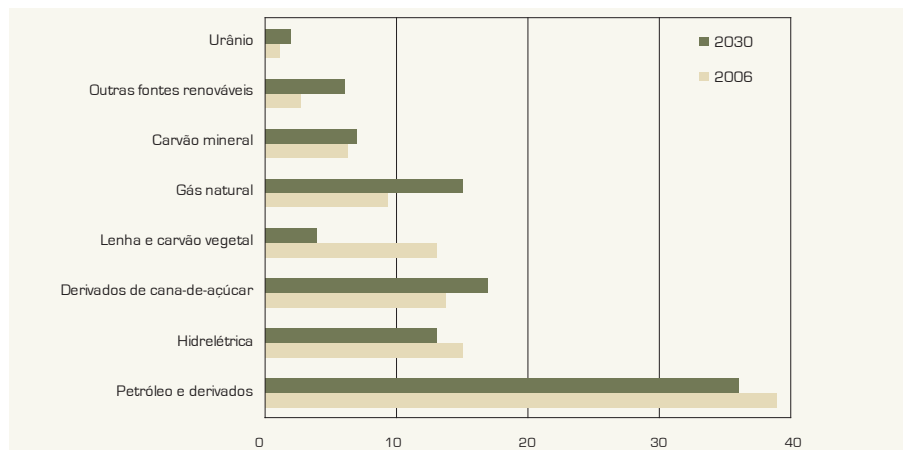
O ano de 2006 marcou o fim do período de sobras de energia, após o período de racionamento de 2001. O setor superou o risco de um novo racionamento em razão da crise do gás boliviano e pelas incertezas da liberação das licenças ambientais.

Segundo a Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base, o segmento recebeu R\$ 11,8 bilhões em investimentos. Ao longo do exercício entraram em operação 940 MW com a inauguração de três hidrelétricas. As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) chegaram a 265 com produção de 1.364 MW.

Este ano não será surpresa se houver problemas de preços da energia. De 1999 a 2005, o custo do MW médio para uma indústria de médio porte subiu de R\$ 63 para R\$ 185. Não existem novos projetos para empreendimentos. Dentro do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas está prevista a geração de 3.300 MW por meio de 63 PCHs, 54 parques eólicos e 27 usinas à base de biomassa.

Para aumentar a oferta de energia elétrica será necessária a definição de novas fontes e solução dos entraves ambientais. Uma rápida definição sobre o licenciamento ambiental dos rios Madeira e Belo Monte será crucial. ■

Brasil: participação na matriz energética (%)



Fonte: EPE

Meio ambiente

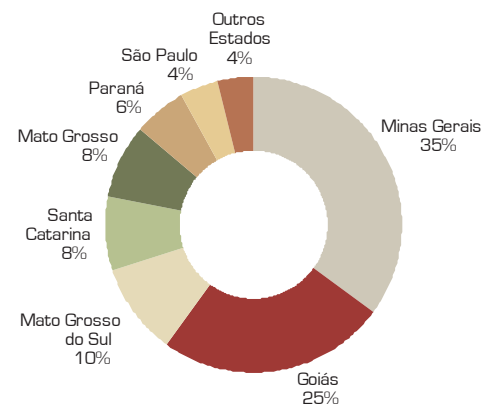
Biodigestor na granja

Daniela Bacchi Bartholomeu*
 Marcelo Bacchi Bartholomeu**
 Luiza Montoya Raniero***
 Sílvia Helena Galvão de Miranda****

OS DEJETOS suínos possuem elevado potencial poluidor no que se refere aos recursos naturais e podem contribuir para o aquecimento global. Durante o seu processo de decomposição, há produção do biogás, composto predominantemente por metano, causador de efeito estufa.

Com a vigência do Protocolo de Quioto, a partir de fevereiro de 2005, a suinocultura encontrou uma alternativa para tratar o biogás: a instalação de biodigestores, considerada uma atividade elegível para projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, que transforma o metano em CO₂ e reduz o

Brasil: projetos suínocolas de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, por estado, até setembro de 2006



seu impacto no aquecimento global. Até setembro de 2006, o setor já havia apresentado 33 projetos, com o envolvimento de 339 propriedades, distribuídas em 10 diferentes estados.